



A SITUAÇÃO DOS TRABALHADORES DA VOLKS COMPROVA:

a destruição dos empregos e dos salários é um fenômeno mundial

Fernando Dillenburg

Depois de perder espaço no mercado mundial, a direção da Volkswagen anunciou, em fevereiro de 2006, o chamado “programa de salvação”, que visava aumentar sua competitividade internacional. O programa previa acabar com cerca de 20.000 dos 100.000 empregos existentes na Volks.

O papel dos sindicatos e do Conselho de trabalhadores na Alemanha

Um grande passo em direção à execução do programa foi o acordo firmado em setembro com o sindicato dos metalúrgicos da Alemanha, o IG Metall, que previa, entre outras coisas, o aumento da jornada de trabalho semanal em 4,2 horas. Desde 1993, os trabalhadores alemães trabalhavam 28,8 horas por semana. Com o novo acordo, a jornada dos operários ligados à produção passou a ser de 33 horas e a dos trabalhadores administrativos 34 horas semanais, permanecendo os salários iguais aos da semana de 28,8 horas.

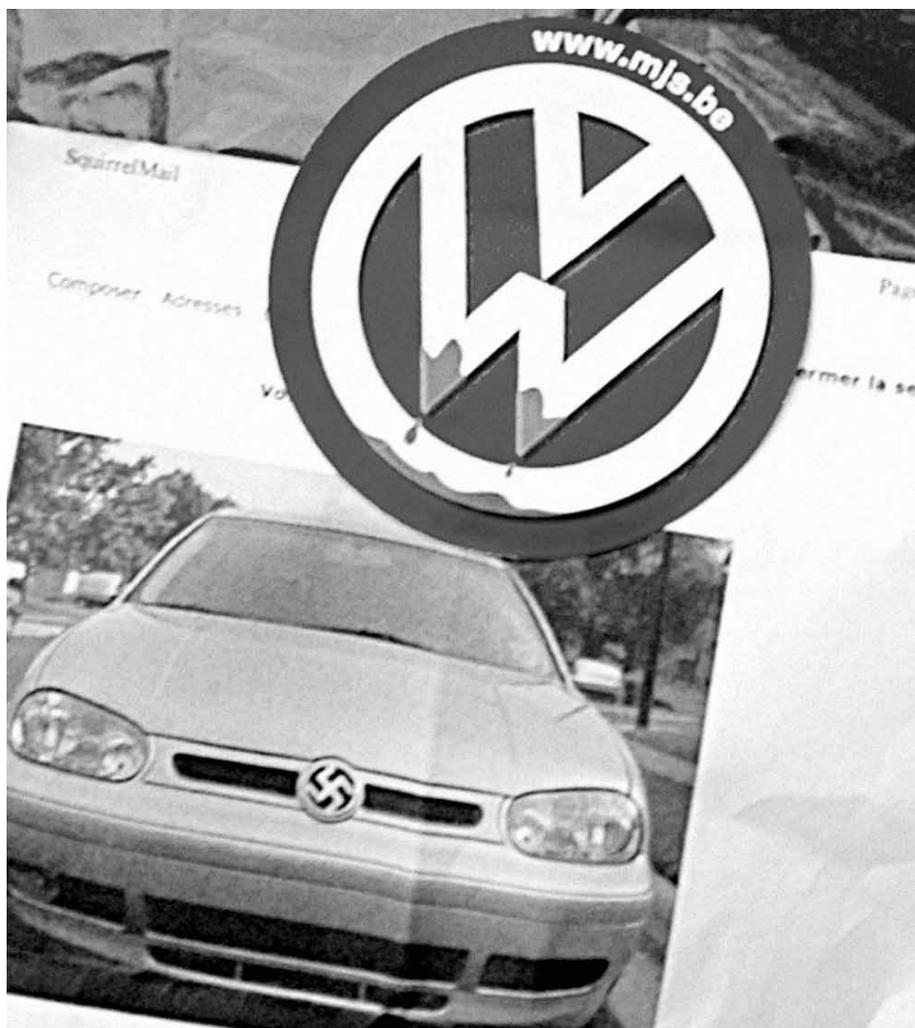
Por que o sindicato teria fechado esse acordo? O que os trabalhadores das fábricas alemãs da Volks ganhariam em troca do aumento da jornada? Ou será que os dirigentes sindicais teriam sido subornados para assinar o acordo? Vejamos o que ocorreu.

De acordo com o jornal Der Spiegel, “o chefe do conselho de trabalhadores da Volkswagen, Bernd Osterloh, exigiu, em troca do aumento da jornada, a garantia de que a próxima geração do

Golf seria executada na Alemanha. “Nós certamente não aceitaremos nenhum ‘quem sabe’ ou ‘vamos ver...’, quando é nossa obrigação assegurar o futuro de nossas localidades” afirmou ele ao jornal. Portanto, somente depois que a administração da companhia assegurou a transferência da produção do Golf para as unidades alemãs, os dirigentes do conselho de trabalhadores e do IG Metall aceitaram o prolongamento da jornada de trabalho sem o aumento dos salários, assinando então o acordo.

Essa não foi a primeira vez que o IG Metall participou do ataque aos direitos dos trabalhadores. No final de setembro de 2005, o sindicato alemão já havia contribuído para o corte de 20% do salário de trabalhadores de algumas seções. Na época, a administração anunciou a sua decisão de transferir a produção do novo jeep de Wolfsburg para Portugal. O custo da produção (por automóvel) na unidade de Pámelas, em Portugal, é aproximadamente 1.000 euros mais baixo que na Alemanha. O jeep poderia ser produzido na Alemanha somente no caso de reduzir drasticamente os salários. O IG Metall capitulou às exigências da companhia e depois elogiou o acordo como sendo um “sucesso no que diz respeito à defesa dos empregos”.

A política da Volks, assim como a de qualquer outra grande empresa, é transferir a produção para países onde a força de trabalho é mais barata. Caso a direção dos trabalhadores não assumisse uma posição firme de defesa dos empregos e dos salários, isso poderia levar a uma verdadeira concorrência entre os trabalhadores da mesma empresa. É isso o que vem ocorrendo com os trabalhadores da Volks. O sindicato alemão aplica uma política chauvinista de defesa das fábricas alemãs, mesmo que para isso seja necessário rebaixar



Panfleto pregado no uniforme pelos operários de Forest: Volks vampiresca e nazista.



Assembléia em frente à fábrica da Volks em Forest, na Bélgica.

os salários dos trabalhadores alemães e cortar os empregos em outras unidades da Volks fora da Alemanha. A posição dos sindicatos representa a renúncia a um programa mínimo, baseado na manutenção do emprego e do salário dos trabalhadores de todas as fábricas, independente da nacionalidade, deixando, assim, os trabalhadores totalmente reféns da política predatória da empresa, que visa única e exclusivamente o aumento do lucro.

O reconhecimento do papel desempenhado pelos dirigentes dos conselhos de trabalhadores e do sindicato fez com que a administração da Volkswagen premiasse os seus serviços com extravagantes subornos, como o financiamento de viagens luxuosas ao redor do mundo e inúmeros outros privilégios. O caso do líder do conselho, Klaus Volkert, ficou mundialmente conhecido. Seu salário mensal na Volks chega a 60.000 euros. Esta quantia não inclui as despesas regularmente gastas pela companhia com a manutenção de sua amante brasileira. Mas Volkert não é o único. Todo o conselho de trabalhadores da Volkswagen—somente em Wolfsburg há 67 funcionários de período integral que recebem altos salários—foi subordinado e funciona como co-administrador, colaborando com a administração da companhia.

O ataque aos trabalhadores alemães preparou o ataque aos trabalhadores belgas

Depois de construir, com a ajuda do sindicato, condições favoráveis de exploração da força de trabalho na Alemanha, a direção da companhia deu o passo seguinte de sua política: encerrou a produção do modelo Golf na fábrica localizada no distrito de Forest, em Bruxelas, Bélgica, e transferiu-a para as fábricas de Wolfsburg e Mosel, na Alemanha. Isso fez com que, somente na Bélgica, cerca de 3.200 empregos fossem destruídos, isto é, dos 5.400 trabalhadores da fábrica do distrito de Forest, somente 2.200 permaneceram, o que corresponde à destruição de quase 60% dos empregos. O acordo previa que aqueles trabalhadores que aderissem ao programa de demissão receberiam entre 25.000 e 144.000 euros (de US\$ 32.500 à US\$ 187.000)—dependendo do tempo

de trabalho na empresa.

Apesar da participação do conselho e do sindicato de trabalhadores alemães ter sido decisiva na transferência da produção do Golf da Bélgica para a Alemanha, por condicionarem o aumento da jornada a esta medida, os dirigentes destas organizações negaram que poderiam ter feito alguma coisa para impedir que isto acontecesse. Imediatamente depois da publicação dos planos de transferência da produção, o presidente do conselho de trabalhadores da companhia, Bernd Osterloh, afirmou, cinicamente, que os dirigentes sindicais estavam “completamente surpresos” pela decisão do comitê executivo. Quem será que Osterloh pensa enganar?

A direção da empresa, por sua vez, temendo a reação dos trabalhadores belgas, prometeu aumentar a produção do modelo Pólo em Bruxelas, que deverá passar de 10.000 para 46.000 unidades. No entanto, essa é mais uma medida paliativa, que apenas transfere o problema de um lugar para outro. Caso esta medida seja implementada, os trabalhadores da Volkswagen em outras localidades onde o Pólo é montado atualmente, tais como Pamplona e Martorelli, na Espanha, e Bratislava, na Eslováquia, estarão ameaçados de perder os seus empregos. Portanto, decisões tomadas em relação às fábricas alemãs



a, durante a greve contra a ameaça de fechamento da fábrica.

repercutem na Bélgica, e decisões tomadas na Bélgica podem repercutir na Espanha ou na Eslováquia.

Isso prova que o internacionalismo proletário não é algo abstrato, fruto de uma idéia luminosa de algum teórico do movimento. O internacionalismo proletário é, acima de tudo, resultado do caráter mundial da produção capitalista, sobretudo na época do capitalismo monopolista, cuja característica principal é o domínio do mercado mundial pelas grandes empresas multinacionais. Assim, a própria centralização dos capitais em várias partes do planeta acaba dando à luta dos trabalhadores um caráter mundial. Os sindicatos e os conselhos dos trabalhadores que surgiram historicamente como instrumentos de luta dos trabalhadores, têm, contraditoriamente, se transformado no seu oposto. O papel desempenhado pelos sindicatos no caso da Volks e em vários outros, tem sido o de bloquear, dificultar e, se possível, impedir a concretização desta unidade proletária mundial produzida objetivamente pelo próprio modo de produção atual.

A reação dos trabalhadores belgas: greve com ocupação da fábrica

Os trabalhadores da fábrica de Forest consideraram que aceitar o acordo de compensações e o programa de demissão significaria compactuar com a destruição de 3.200 empregos. Por isso, eles entraram em greve no dia 17 de novembro, ocupando a fábrica. Os trabalhadores exigiam o mínimo, ou seja, a manutenção de seus empregos e de seus salários. Mas nem esse mínimo as direções da Volks e dos sindicatos estavam dispostos a conceder. Assim, apesar destas direções, os trabalhadores lançaram mão de uma importante forma de luta: a greve com ocupação da fábrica, pois, por meio dela, eles colocaram imediatamente a questão de quem é, afinal, o dono da fábrica: os trabalhadores ou os patrões. Nessas situações, é fundamental iniciar a construção de organismos legítimos dos trabalhadores, independentes das direções dos sindicatos e da direção da em-

presa, que, aliás, na maioria das vezes, se confundem uma com a outra.

No dia 02 de dezembro foi organizada uma manifestação, que recebeu o apoio de milhares de pessoas. Mais de vinte mil manifestantes marcharam no centro de Bruxelas, fazendo um vemente protesto contra a ameaça de fechamento da fábrica da Volkswagen. Cerca de 5.000 trabalhadores da Volks chegaram da fábrica, em bloco, na estação sul, onde uniram-se à marcha, composta por seus familiares, trabalhadores de outras fábricas, funcionários administrativos, jovens e desempregados.

Mais uma vez, os sindicatos cumpriram um nefasto papel

Vimos acima que, desde o início das negociações entre o IG Metall e a direção da Volks, a transferência da produção do Golf de Bruxelas para Wolfsburg e Mosel foi um componente central para a aceitação do aumento da jornada de trabalho dos trabalhadores alemães. Os mesmos conselhos de trabalhadores que



Operários durante assembleia, na Bélgica, em que o sindicato apresentou o acordo fechado com a empresa.

passaram a escrever declarações de solidariedade aos trabalhadores grevistas da Volks em Bruxelas foram os principais responsáveis pela perda de seus empregos.

Como se isso não bastasse, quando os trabalhadores de Forest deflagraram a greve, os dirigentes dos conselhos de trabalhadores e dos sindicatos fizeram de tudo para isolá-la.

Ao invés de estimular a solidariedade dos trabalhadores das diversas fábricas da Volkswagen em todo o mundo, o Conselho europeu dos trabalhadores da Volkswagen fez tudo o que pôde para transformar qualquer manifestação de solidariedade num mero protesto simbólico, e para evitar que se desenvolvesse uma união baseada na defesa dos empregos em todos os países.

Numa reunião especial do conselho de trabalhadores da União Européia realizada no dia 7 de dezembro, o presidente do sindicato alemão, Bernd Osterloh, que dirigia a reunião, mostrou-se decidido a evitar a continuidade da greve na Bélgica, pois considerava que ela poderia influenciar os trabalhadores de outras fábricas européias da Volkswagen.

Seguindo a linha do conselho europeu, o sindicato dos trabalhadores belga convocou para o dia 05 de janeiro uma assembleia para colocar em votação o

programa de demissões e a proposta de fechamento da empresa até o final de 2008. O sindicato e o conselho de trabalhadores prepararam minuciosamente o término da greve: no dia anterior à assembleia, discutiram os detalhes técnicos e organizativos envolvidos com o retorno ao trabalho; imediatamente antes do início da votação, no dia 5 de janeiro, solicitaram oficialmente que todos os três sindicatos que representavam os trabalhadores da fábrica de Forest apoiassem a proposta de acordo feita pela administração e pela direção do sindicato; e, finalmente, durante a assembleia, os sindicalistas pressionaram os trabalhadores, afirmando que todo aquele que se opusesse ao fim da greve poderia ser acusado de pôr em perigo os pagamentos que já haviam sido aceitos por aqueles colegas que procuravam deixar o emprego.

Os dirigentes sindicais justificaram o acordo alegando que a direção da empresa se comprometeu a iniciar, em 2009, a produção de um veículo adicional, o Audi A3. No entanto, o jornal *Le Soir* advertiu que nenhuma medida concreta havia sido tomada nesse sentido. Mesmo que a promessa seja cumprida, a direção da empresa já declarou que isso estará condicionado ao prolongamento da jornada de trabalho sem aumento salarial, o que significa, na verdade, a continuação

dos ataques aos direitos mínimos dos trabalhadores.

A direção da Volks também agiu no sentido de encerrar a greve. Ela enviou cartas a todos os trabalhadores, advertindo-os de que deveriam estar de volta ao trabalho pontualmente na manhã de segunda-feira. O conselho de trabalhadores negou-se a fazer qualquer protesto contra esta provocação, que visava intimidar os trabalhadores.

Diante de uma situação como essa, sendo pressionados por todos os lados, cerca de 46% dos trabalhadores ainda se opuseram ao acordo proposto pelo sindicato. Isso indica uma grande oposição e uma falta de confiança no conselho de fábrica e nos sindicatos. Por outro lado, o fato de que vários trabalhadores tenham aderido ao programa de demissão, ou que tenham votado a favor do acordo, não significa que eles tenham concordado com a destruição dos empregos. Significa, antes de tudo, uma total falta de confiança nas direções sindicais. Vários trabalhadores consideraram que a liquidação dos empregos organizada pelos sindicatos e pelo conselho de trabalhadores era algo irreversível. Nenhum trabalhador espera que essas organizações conduzam uma luta de longo prazo pela defesa dos empregos.

O fim da greve

Depois de uma greve de sete semanas com ocupação da fábrica, os trabalhadores da Volkswagen de Forest, em Bruxelas, retornaram ao trabalho no dia 8 de janeiro. Não foi possível obter os dois terços necessários à continuidade da greve na votação realizada na assembléia do dia 5 de janeiro. O resultado da assembléia foi o seguinte: 54,6% dos operários e 78,5% dos trabalhadores administrativos votaram a favor do encerramento da greve e do retorno ao trabalho. Aqueles trabalhadores que haviam concordado em receber a compensação e os pagamentos pela demissão foram proibidos de votar.

O resultado não foi nenhuma surpresa. A greve e a ocupação foram sistematicamente isoladas pelos sindicatos e conselhos de trabalhadores, tanto na Alemanha quanto na Bélgica.

O significado das demissões em Forest

Além de abalar a situação atual da classe trabalhadora, as demissões em massa colocam em risco o futuro das novas gerações de trabalhadores, que jamais terão acesso a estes empregos novamente. Destroem-se, assim, regiões industriais inteiras. Exemplos disso são os centros de aço e carvão em Wallonia (sul da Bélgica) e o distrito alemão de Ruhr, que foram devastados exatamente desta maneira, com efeitos arrasadores para toda a população. A própria região de Bruxelas já sofreu, há poucos anos, uma perda de empregos na produção de automóveis, com o fechamento da fábrica da Renault, em Vilvoorde e com as demissões na General Motors da Antuérpia e na fábrica da Ford, em Gent.

Com o acordo assinado pelo sindicato, a administração da Volkswagen conquistou seu principal objetivo: o aumento da jornada sem aumento dos salários dos trabalhadores alemães e a diminuição do número de empregos na Bélgica.

Em consequência do acordo, a produção da unidade de Bruxelas, que era de 200.000 veículos, cairá para 12.500 veículos do modelo Golf e 46.000 unidades do Pólo nos próximos dois anos.

Diversas empresas terceirizadas e fornecedores da região sofreram um duro golpe da diminuição da produção da fábrica da Volks de Bruxelas. A Johnson Controls, a Arvin Meritor, a



Assembléia de operários na fábrica da Volks Anchieta, em São Bernardo do Campo-SP, Brasil.

Faurecia, a Decoma, a Alcoa, e a ISS & Schedle deverão demitir centenas de trabalhadores.

Ao contrário das afirmações feitas pelo conselho de trabalhadores e pelos sindicatos, a existência da fábrica da Volks na Bélgica não está garantida de modo algum. A tendência é justamente o contrário. Até 2009, algumas unidades da Volks correm o risco de serem fechadas —como a de Forest, em Bruxelas e a de Pamplona, na Espanha. Portanto, as demissões dos trabalhadores da Volks em Bruxelas são o prelúdio de futuros e cada vez mais duros ataques aos direitos mínimos dos trabalhadores: o direito a um emprego e a um salário digno.

No Brasil, metalúrgicos também são atacados

Em setembro de 2006, os metalúrgicos da Volks no Brasil também foram obrigados pela direção da empresa e pelo sindicato a aprovar um programa de demissão “voluntária”. Depois

de seis dias de greve, o sindicato dos metalúrgicos do ABC conseguiu aprovar a proposta da empresa, numa assembléia realizada no dia 14 de setembro. O acordo previa a demissão de 3.600 dos 12.400 trabalhadores da unidade Anchieta. Apesar da aprovação, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, José Lopez Feijóo, juntamente com alguns representantes da comissão de fábrica, receberam muitas vaias dos trabalhadores durante a assembléia. Sob clima tenso e princípio de tumulto entre os trabalhadores, Feijóo teve que sair escoltado por sindicalistas e metalúrgicos que garantiram sua segurança. Segundo a direção do sindicato, o acordo foi aprovado por 70% dos trabalhadores presentes na assembléia, enquanto 30% levantaram as mãos contra a proposta acertada entre empresa e sindicato.

Após ter aprovado o acordo, a direção da Volks passou a colocá-lo em prática, ou seja, abriu as inscrições para as demissões “voluntárias”. O plano da empresa era demitir 1.300 trabalhadores até fevereiro de 2007, oferecendo um pagamento extra para aqueles que pedissem a demissão “espontaneamente”. Mas apenas 1.055 aderiram ao plano. Ou seja, houve uma adesão menor do que se



Trabalhadores da Volks Anchieta após o fim da greve (no alto); Manifestação em frente à fábrica na Bélgica (à esquerda) e outra assembléia na Anchieta.

esperava, revelando que a decisão dos trabalhadores em se desligar da empresa não era tão “voluntária” como a direção queria fazer parecer.

Mas, cabe perguntar: seria o programa de demissão a única forma de ataque da direção da empresa e do sindicato contra os trabalhadores? Ou será que o acordo previa outras formas de aumento da exploração da força de trabalho? A resposta é simples, pois a fórmula é a mesma em todo o mundo. Assim como na Europa, além das demissões, o acordo previa o aumento da jornada de trabalho daqueles que permanecessem na empresa. Ao invés de trabalhar 12 sábados ao ano, os operários da Volks seriam obrigados a trabalhar 24. Mas, desta vez, os trabalhadores não aceitaram, rejeitando a proposta da empresa defendida pelo sindicato na assembléia realizada no dia 21 de março no pátio da Volks Anchieta.

Cabe aqui outra pergunta: o que representa esta derrota da direção do sindicato? Será que as posições da direção do sindicato em defesa da competitividade e da lucratividade da empresa não têm levado os trabalhadores a questionar até que ponto esta direção sindical está mesmo do seu lado? Nesse sentido, esta derrota da direção do sindicato não poderia ser considerada como a ponta de um iceberg, que manifesta a enorme base imersa nas profundezas do oceano? Ou, em outras palavras, estaria sendo gerado, no interior de grandes fábricas como a Volks, um processo de descontentamento com as atuais direções sindicais? A resposta a estas perguntas só poderá ser dada com o passar do tempo.

Os ataques aos trabalhadores da Volks no Brasil não se restringiram à unidade Anchieta. Além desta unidade, a Volks demitiu 900 dos 3.600 trabalhadores em São José dos Pinhais, no Estado do Paraná e 700 em Taubaté (SP).

balho extenuantes, à obrigatoriedade do trabalho aos sábados, à intensidade do trabalho cada vez maior, à salários cada vez menores e ao constante risco de desemprego? Não, certamente não. O nome disso não é “parceria”, “colaboração”, ou qualquer outro nome que os ideólogos da classe dominante possam inventar. O nome disso é exploração da força de trabalho, que é, aliás, realizada em níveis cada vez maiores.

Não há nada mais importante para um trabalhador do que a garantia de seu emprego. Nesse sentido, para unificar a luta em todas as filiais de uma grande empresa como a Volks, só há um caminho: exigir o mínimo, que significa, em primeiro lugar, não aceitar nenhuma demissão.

Além disso, os trabalhadores, que são os responsáveis diretos pela produção da riqueza, não podem mais aceitar a perda do poder de compra dos salários. Por isso, além de exigir a garantia do emprego, os trabalhadores passam a exigir o reajuste automático mensal dos salários conforme a elevação dos preços.

Somente o atendimento destas duas reivindicações mínimas pode garantir a manutenção das atuais condições de vida de todos os trabalhadores da Volks, assim como de todas as empresas do mundo. Os trabalhadores não esperam, com isso, ficar mais ricos. O que eles exigem – e isso é um direito seu – é manter sua condição atual de vida.

Os desempregados, por sua vez, exigem a organização de frentes públicas em quantidade tal que nenhum trabalhador fique sem trabalho. Nenhuma sociedade pode se dar ao luxo de desperdiçar, como a atual sociedade desperdiça, a força de trabalho humana. Se o fizer por um período muito longo, estará, inevitavelmente, produzindo as condições de sua própria destruição. ■

Por uma estratégia única dos trabalhadores de todo o mundo

Diante de tais ataques realizados contra os trabalhadores da Volks simultaneamente em vários países, seria possível afirmar - como pensa a grande maioria dos dirigentes sindicais - que os trabalhadores realmente são “parceiros”, “colaboradores”, ou “co-responsáveis” das empresas? Um parceiro submeteria o outro à jornadas de tra-